

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O presente instrumento visa analisar a viabilidade da contratação, bem como levantar os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma a melhor atender às necessidades da Autarquia. O documento foi elaborado com base na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 77/2023.

1. DADOS DO PROCESSO

Memorando/Ordem de Compra/Documento de formalização da demanda: Memorando interno nº 1636/2026 – Documento de Formalização de Demanda	
Objeto da Licitação: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Telefonia Móvel Pessoal (SMP), com fornecimento de chips (SIM cards), portabilidade numérica quando necessária e disponibilização de aparelhos celulares em regime de comodato, visando atender às necessidades do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE.	
Equipe de Planejamento:	
Membro 1: Nome: Gilson Scherer Cargo: Analista de Informática Divisão de Informática e-mail: informatica@saaemcr.pr.gov.br	Membro 2: Nome: Scheila Andrea Grehs Cargo: Telefonista Divisão de Recursos Humanos e-mail:
Membro 3: Nome: Elisezar Roberto Schulz Cargo: Agente Administrativo Divisão de Informática e-mail: informatica@saaemcr.pr.gov.br	Membro 4: Nome: Monica Carolina Sustakowski Cargo: Agente Administrativo Divisão de Suporte Administrativo e-mail: gabinete@saaemcr.pr.gov.br
Membro 5: Nome: Edineia Hack Santin Cargo: Agente Administrativo Divisão de Suporte Administrativo e-mail: gabinete@saaemcr.pr.gov.br	

2. ASPECTOS GERAIS:

O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem por objetivo analisar a viabilidade técnica e econômica e a melhor solução para a contratação de serviços de Telefonia Móvel Pessoal (SMP), destinados a atender as demandas de comunicação entre os setores



administrativos, técnicos e operacionais e o atendimento à população pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE de Marechal Cândido Rondon/PR.

Os serviços objeto deste estudo caracterizam-se como de natureza continuada, essenciais ao funcionamento regular das atividades do SAAE, sendo prestados de forma contínua, sem dedicação exclusiva de mão de obra, mediante disponibilização de infraestrutura, rede de telecomunicações e suporte técnico especializado, de forma remota e conforme a demanda.

2.1. Análise da contratação anterior:

a. Houve contratação anterior para o mesmo objeto?

(X) Sim () Não

Processo Licitatório nº 57/2022 - Pregão Eletrônico nº 21/2022 – Contrato Administrativo nº 40/2022.

- Objeto: Contratação de empresa especializada, devidamente autorizada pela ANATEL para a prestação continuada de “Serviços Móvel Pessoal” - SMP, sistema digital, plano ilimitado, WhatsApp free, SMS e serviços de gestão, com acessos para comunicação de voz e pacotes de dados de 15GB, e Tecnologia 4G, 4,5G e/ou 5G, na modalidade de pós-pago, cobertura de sinal em todo o território nacional, com 80% de cobertura no Estado do Paraná, conforme resolução definida pela Anatel, e com fornecimento de aparelhos em regime de Comodato.
- Critério de julgamento: menor preço por lote. Houve lote único, formado por dois itens, sendo que cada item diferiu quanto às exigências das configurações dos aparelhos celulares.
- Substituição dos aparelhos à cada período de 12 meses.
- Prazo de entrega dos equipamentos e liberação dos serviços de no máximo até 60 (sessenta) dias após emissão Ordem de Serviço/Compra, contado a partir da confirmação do pedido.
- Substituir no prazo de 48 (quarenta e oito) horas o objeto que não atender às especificações técnicas exigidas pela Autarquia Municipal.

A contratação anterior foi celebrada com fundamento na Lei Federal nº 8.666/1993, com término da execução contratual previsto para 01 de setembro de 2026, possuindo saldo financeiro para pagamento até o mês de agosto de 2026. Embora a legislação de regência permita a prorrogação dos contratos celebrados sob a égide da Lei nº 8.666/1993, no âmbito desta Autarquia optou-se pela adequação das futuras contratações à Lei Federal nº 14.133/2021. Assim, visando à uniformização dos procedimentos e à conformidade com o novo regime jurídico de licitações e contratos administrativos, faz-se necessária a instauração de novo procedimento licitatório, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a fim de assegurar a continuidade do serviço.

b. Foi realizada a etapa de Estudos Preliminares?

(X) Sim () Não



- c. Os parâmetros utilizados para a contratação anterior:
☐ são adequados para a nova contratação
☒ são adequados em parte, para a nova contratação
☐ não são adequados para a nova contratação
- d. Houve impugnação do edital?
☒ Sim ☐ Não

A empresa Telefônica Brasil S/A apresentou impugnação ao edital do Pregão Eletrônico nº 21/2022, fundamentando-se, principalmente, em alegada incompatibilidade entre as exigências editalícias relativas à cobertura do Serviço Móvel Pessoal (SMP) e as normas regulatórias estabelecidas pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL. A empresa sustentou que o edital, ao exigir cobertura mínima de 95% em determinado território, não estaria alinhado às regras de prestação do SMP, que admitem a existência de áreas de sombra e não impõem às operadoras a garantia de sinal em endereços específicos, áreas rurais ou no interior de edificações. Segundo a impugnante, as normas da ANATEL caracterizam a cobertura de uma localidade pelo atendimento de, no mínimo, 80% da área urbana das sedes municipais, razão pela qual requereu a adequação das exigências editalícias à realidade regulatória e técnica do serviço.

Outro ponto central da impugnação referiu-se à ausência de clareza quanto ao prazo de vigência inicial do contrato, especialmente diante da previsão de prazo de até 13 (treze) meses constante no edital, sem a correspondente disposição expressa na minuta contratual. A impugnante argumentou que a divergência poderia gerar insegurança jurídica e impactar a formação das propostas, uma vez que o prazo contratual influencia diretamente aspectos como investimentos, fornecimento e garantia de aparelhos. Diante disso, requereu o esclarecimento do prazo efetivamente pretendido pela Autarquia e a inclusão expressa da cláusula de vigência na minuta contratual, em observância às disposições da Lei nº 8.666/1993 então vigente, bem como a suspensão do certame até a análise e eventual correção das inconsistências apontadas.

A impugnação foi julgada procedente, alterando-se os termos do edital, especialmente no tocante à exigência de cobertura mínima da rede da operadora, adequando-se aos parâmetros regulatórios estabelecidos pela ANATEL, com a previsão de atendimento mínimo de 80% da área urbana das localidades abrangidas, bem como foi adicionado no Termo de Referência: “prazo de execução do contrato: Os serviços serão contratados pelo período inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período até o máximo de 60 (sessenta) meses.”

- e. Houve recursos quanto às etapas da licitação?
☐ Sim ☒ Não
- f. Há registros de aplicação de penalidade à empresa contratada?
☐ Sim ☒ Não



g. Durante a execução do contrato:

- I. Houve designação formal de gestor do contrato?
(X) SIM () NÃO
- II. Houve designação de fiscal administrativo?
(X) SIM () NÃO
- III. Houve designação de fiscal técnico?
() SIM (X) NÃO
- IV. Houve designação de fiscais de execução (ou setoriais)?
(X) SIM () NÃO

h. Outras informações relevantes:

Verificou-se, na contratação anterior, a ocorrência de cobranças indevidas relacionadas a serviços de roaming, especialmente em situações não autorizadas pela Administração, o que demandou intervenção da fiscalização contratual para correção e exclusão dos valores.

Após intervenção realizada, a empresa contratada procedeu aos ajustes necessários para a exclusão das cobranças indevidas e prestou orientações a fim de evitar a recorrência desse tipo de cobrança.

Entretanto, o ocorrido evidencia a necessidade de que a futura contratação preveja, de forma expressa, a vedação de cobranças por serviços não contratados ou não autorizados pela Autarquia, garantindo maior previsibilidade orçamentária e segurança na execução do contrato.

Também verificou-se que, na contratação anterior, foi estabelecido prazo de até 60 (sessenta) dias para a implantação integral dos serviços. Contudo, tal prazo mostra-se excessivamente dilatado frente à necessidade de assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços de comunicação da Autarquia, os quais possuem caráter essencial e demandam disponibilidade adequada.

Dessa forma, para a presente contratação, entende-se mais adequado o estabelecimento de prazo máximo de até 30 (trinta) dias para a entrega dos equipamentos e plena ativação dos serviços, visando conferir maior celeridade à implantação e reduzir riscos operacionais, sem prejuízo à competitividade do certame.

A definição do novo prazo está alinhada às práticas de mercado e à capacidade operacional das empresas do setor, não implicando restrição à competitividade, ao mesmo tempo em que atende de forma mais eficaz ao interesse público.

3. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

A contratação de serviços de Telefonia Móvel Pessoal (SMP) mostra-se necessária para garantir a comunicação contínua, eficiente e segura entre os setores administrativos e operacionais do SAAE, bem como para viabilizar o atendimento adequado à população usuária dos serviços públicos prestados pela Autarquia.



As atividades desenvolvidas pelo SAAE abrangem tanto a área urbana quanto a área rural do Município, envolvendo equipes que atuam em campo para manutenção, operação e atendimento de ocorrências. A indisponibilidade ou precariedade dos serviços de comunicação móvel comprometeria a continuidade dos serviços públicos essenciais, podendo gerar prejuízos operacionais e riscos à eficiência administrativa.

Dessa forma, a contratação pretendida é imprescindível para assegurar a continuidade do serviço público, a eficiência das ações operacionais e a adequada prestação dos serviços à coletividade.

4. REFERÊNCIA A OUTROS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO, SE HOUVER:

- 4.1. A contratação está prevista no Plano de Contratações Anuais de 2026, item nº 51, classificada com grau de prioridade média;
- 4.2. A contratação está vinculada ao Memorando Interno nº 1636/2026;
- 4.3. A previsão de gasto está prevista no PPA/LDO/LOA;
- 4.4. A contratação pretendida é necessária para a manutenção da normalidade das atividades do SAAE, possibilitando a realização das atividades que são de sua própria competência.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

Foram analisadas diferentes alternativas para o atendimento da necessidade de comunicação móvel da Autarquia, destacando-se:

a. Manutenção do contrato atual

Alternativa inviável, tendo em vista que a contratação vigente foi celebrada sob a égide da Lei Federal nº 8.666/1993. Embora a legislação de transição admita, em determinadas hipóteses, a prorrogação de contratos firmados sob o regime anterior, esta Autarquia optou por promover a adequação das futuras contratações ao regime instituído pela Lei Federal nº 14.133/2021.

Dessa forma, a manutenção do contrato atual não se mostra alinhada ao planejamento administrativo voltado à uniformização dos procedimentos e à plena observância do novo marco legal das licitações e contratos administrativos.

b. Aquisição de aparelhos e chips em separado, com contratação apenas do serviço de telefonia

Alternativa considerada economicamente desvantajosa, pois exigiria investimento inicial elevado para a compra de equipamentos, além de gerar custos recorrentes de manutenção, reposição e gestão fragmentada. Além de gerar alto risco de obsolescência tecnológica, principalmente para smartphones (obsolescência rápida, 2 a 3 anos) e tornar a



gestão de ativos complexa, pois exige registro de patrimônio, controle de vida útil, e processo de descarte/baixa.

c. Aquisição de capas e películas protetoras juntamente com os aparelhos fornecidos em comodato

Alternativa considerada inadequada. Conforme verificado nas pesquisas de mercado realizadas, as operadoras de telefonia móvel não comercializam, de forma padronizada, acessórios como capas e películas protetoras vinculados aos aparelhos fornecidos em comodato, sendo estes entregues lacrados, conforme disponibilizados pelos fabricantes.

Dessa forma, a exigência conjunta desses acessórios poderia restringir a competitividade do certame, reduzindo o universo de participantes e potencialmente ensejando impugnações por parte das operadoras, em afronta ao princípio da ampla concorrência.

d. Estruturação da contratação em dois lotes distintos (Lote 1 – serviço de telefonia móvel com aparelhos em comodato; Lote 2 – fornecimento de capas e películas protetoras)

Alternativa analisada e considerada inadequada no presente momento. A divisão em lotes distintos poderia, em tese, ampliar a participação de microempresas e empresas de pequeno porte no fornecimento de acessórios. Contudo, tal modelagem mostra-se tecnicamente inviável, tendo em vista que, na contratação principal (Lote 1), não há definição prévia das marcas e modelos de aparelhos que serão disponibilizados em regime de comodato pelas operadoras.

Assim, os potenciais licitantes do Lote 2 não teriam elementos suficientes para formular propostas adequadas e precisas, uma vez que capas e películas são acessórios específicos para cada modelo de aparelho. A ausência dessa definição poderia comprometer a elaboração das propostas, gerar desequilíbrio contratual, atrasos na execução e eventual necessidade de aditivos ou reequilíbrios.

Além disso, considerando que o Lote 1 tende a atrair operadoras de grande porte e o Lote 2 poderia ser direcionado a microempresas ou empresas de pequeno porte, haveria risco de descompasso entre a definição do modelo dos aparelhos e o fornecimento dos acessórios, prejudicando a eficiência administrativa.

Diante desse cenário, conclui-se que a aquisição de capas e películas deverá ser realizada em procedimento próprio e posterior, após a definição dos modelos de aparelhos efetivamente contratados, garantindo maior precisão técnica, competitividade e segurança jurídica.



e. Disponibilização de aparelhos reserva (backup)

Foi considerada a possibilidade de a contratação contemplar, além do fornecimento dos aparelhos em regime de comodato, disponibilização de equipamentos reserva (backup) para utilização durante eventuais períodos de manutenção, reparo ou substituição.

Contudo, essa alternativa foi considerada economicamente desvantajosa, uma vez que implicaria a necessidade de previsão contratual de quantitativo adicional de aparelhos, superior à demanda efetiva da Autarquia, a fim de garantir cobertura para situações eventuais e incertas, sem previsão concreta de utilização.

Ademais, a impossibilidade de mensurar previamente a real necessidade de manutenções e substituições de equipamentos ao longo da execução contratual, poderia resultar em superdimensionamento do objeto e, consequentemente, em elevação desproporcional dos custos da contratação.

Dessa forma, conclui-se que a inclusão de aparelhos reserva não se mostra adequada sob a ótica da economicidade e da eficiência administrativa, devendo ser priorizada a solução que assegure a substituição dos equipamentos dentro de prazos razoáveis, sem a necessidade de manutenção de estoque adicional permanente, evitando o superdimensionamento do objeto contratual.

5.1. Levantamento de mercado

Para o levantamento de mercado, foram analisadas contratações similares realizadas por outros entes da Administração Pública, com o objetivo de identificar soluções consolidadas no mercado e compatíveis com a realidade da Autarquia. Diante disso, foram encontradas as seguintes informações:

5.1.1 Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Linhares/ES

- Processo Licitatório: Pregão Eletrônico nº 26/2025
- Critério de julgamento: Menor preço global
- Objeto da contratação: Contratação de serviços de telefonia móvel pessoal (SMP), incluindo a facilidade de roaming nacional automático, serviço de longa distância nacional (LDN) para os acessos móveis e serviço de transporte de dados 4G.
- Metodologia: contratação apenas do serviço de Telefonia Móvel Pessoal; roaming nacional; licitação exclusiva para a participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e ao Microempreendedor Individual; exigida a garantia da contratação no percentual de 3% (três por cento) do valor contratual.
- Link de referência: <https://pncp.gov.br/app/editais/27834977000160/2025/144>

5.1.2 Município de Andradina/SP

- Processo Licitatório: Pregão Eletrônico nº 13/2026
- Critério de julgamento: Menor preço global
- Objeto da contratação: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Telefonia Móvel Pessoal (SMP).



- Metodologia: fornecimento de chip com acesso a Voz e Dados 5G com serviço de gestão de Dados e Voz e Gerenciamento de Dispositivo, nos termos das concessões outorgadas pela ANATEL; roaming nacional; concedido tratamento favorecido para Microempreendedor Individual, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- Link de referência: <https://pncp.gov.br/app/editais/44428506000171/2026/13>

5.1.3 Prefeitura Municipal de Caetanópolis/MG

- Processo Licitatório: Pregão Eletrônico nº 01/2026
- Critério de julgamento: Menor preço global
- Objeto da contratação: Contratação de empresa concessionária para prestação de serviços de Telefonia Móvel Pessoal (SMP), com comodato de aparelhos celulares novos digitais e acessórios do fabricante para a Prefeitura Municipal de Caetanópolis.
- Metodologia: Contratação de serviço de Telefonia Móvel Pessoal, com comodato de aparelhos celulares digitais e acessórios, modalidade pós-pago, com fornecimento de SIM CARD ou E-SIM; roaming nacional; contratação de empresa concessionária autorizada pela ANATEL, não sendo permitidas empresas não concessionárias, terceirizadas ou revendedoras
- Link de referência: <https://pncp.gov.br/app/editais/23221351000128/2026/1>

5.1.4 Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Pirapora/MG

- Processo Licitatório: Pregão Eletrônico nº 29/2025
- Critério de julgamento: Menor preço por lote
- Objeto da contratação: Contratação de empresa especializada em serviços de telecomunicações de telefonia móvel para servidores do SAAE/Pirapora-MG.
- Metodologia: fornecimento de Chip Sin Card triplo corte para novas linhas e portabilidade para as já existentes; redução de velocidade após o consumo da franquia (sem suspensão total do serviço); roaming nacional; disponibilização de uma quantidade de chips a mais (10% da quantidade contratada), para serem utilizados em substituição em caso de perdas/extravios ou problemas físicos com os chips em uso; concedido tratamento diferenciado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conforme Lei Complementar 123/2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014.
- Link de referência: <https://pncp.gov.br/app/editais/23535271000147/2025/95>

5.1.5 Câmara Municipal de Vereadores de Alvorada/RS

- Processo Licitatório: Pregão Eletrônico nº 12/2025
- Critério de julgamento: Menor preço por lote
- Objeto da contratação: Contratação de empresa especializada, devidamente autorizada pela ANATEL, para a prestação de serviços de telefonia móvel (Serviço Móvel Pessoal - SMP), incluindo linhas para comunicação de voz e dados, com acesso à internet e serviços de mensagens (torpedo, MMS, caixa postal), via rede



móvel digital disponível em âmbito nacional, com o fornecimento de aparelhos de telefonia móvel em regime de comodato, em atendimento às necessidades da Câmara Municipal, conforme condições, quantidades, exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

- Metodologia: prestação de Serviços de Telefonia Móvel com fornecimento de aparelho de telefonia móvel em regime de comodato; roaming nacional; renovação dos aparelhos após 24 meses, em caso de renovação do contrato; exigência de garantia mínima dos equipamentos de 12 meses para manutenção.
- Link de referência: <https://pncp.gov.br/app/editais/09331032000144/2025/54>

5.1.6 Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul

- Processo Licitatório: Pregão Eletrônico nº 01/2026
- Critério de julgamento: Menor preço
- Objeto da contratação: contratação de empresa para prestação de Serviço Móvel Pessoal - SMP, pós-pago, com roaming nacional automático e roaming internacional, nas modalidades Local, Longa Distância Nacional (LDN) e Longa Distância Internacional (LDI), com o fornecimento de cartões SIM Card ou eSIMs, aparelhos/equipamentos de telefonia móvel e tablets, em regime de comodato, conforme tráfego estimado, com sistema de gerenciamento de dispositivos móveis (MDM).
- Metodologia: prestação de Serviços de Telefonia Móvel com fornecimento de aparelho de telefonia móvel em regime de comodato; roaming nacional; atualização dos aparelhos em 30 meses após a sua ativação, portabilidade numérica; fornecer ferramenta ou forma para realizar o bloqueio de chamadas a cobrar e destinadas a telefones com prefixo 0300, 0500 e 0900, bem como para serviços não especificados na contratação; concedido tratamento preferencial a Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, Microempreendedores Individuais e equiparadas.
- Link de referência: <https://pncp.gov.br/app/editais/89522064000166/2026/1>

As contratações analisadas demonstram que a solução de prestação de serviços de Telefonia Móvel Pessoal com fornecimento de aparelhos em regime de comodato, roaming nacional e gestão centralizada das linhas é prática consolidada na Administração Pública, evidenciando maturidade do mercado fornecedor e viabilidade técnica e econômica da solução pretendida, sem indícios de restrição à competitividade.

5.2. Tipo de solução a contratar

Considerando as alternativas analisadas, identificou-se como solução mais adequada a contratação de serviços continuados de Telefonia Móvel Pessoal (SMP), com fornecimento de chips (SIM cards), portabilidade numérica quando necessária e disponibilização de aparelhos celulares em regime de comodato.

Tal solução apresenta a melhor relação custo-benefício para a Autarquia, uma vez que elimina a necessidade de aquisição direta de equipamentos, reduz custos com manutenção e reposição, assegura padronização dos aparelhos e mitiga riscos financeiros decorrentes de



cobranças indevidas, como aquelas relacionadas à utilização de serviços não contratados, inclusive roaming não autorizado.

Além disso, considerando um ambiente de rápida obsolescência tecnológica, o comodato alinha o custo do hardware (aparelho) ao custo do software (serviço SMP/MDM), garantindo que a Administração tenha sempre equipamentos modernos e funcionais sem incorrer em altos custos de capital e manutenção.

6. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

A contratação deverá ser realizada pela integralidade do objeto (global), considerando que o objeto constitui uma solução integrada e interdependente, cuja eventual divisão poderia comprometer a eficiência operacional, a padronização dos serviços continuados, a gestão contratual e a economicidade, não se evidenciando vantagem técnica ou financeira para a Autarquia.

Os serviços de Telefonia Móvel Pessoal caracterizam-se pela necessidade de integração operacional entre fornecimento de linhas, gestão centralizada, suporte técnico, disponibilização de plataforma de gerenciamento, fornecimento e manutenção de equipamentos em comodato e atendimento especializado. A eventual contratação de múltiplas empresas poderia comprometer a padronização tecnológica, gerar incompatibilidades entre sistemas e equipamentos, dificultar a gestão contratual e operacional, além de aumentar o risco de descontinuidade dos serviços, especialmente considerando a necessidade de comunicação contínua entre as equipes administrativas e operacionais da Autarquia.

Ressalta-se ainda que o mercado de telecomunicações é estruturado de forma a ofertar soluções completas e integradas, sendo prática comum a prestação global dos serviços, o que demonstra que a adoção de critério global não restringe a competitividade, tampouco configura concentração indevida de mercado, haja vista a existência de diversas operadoras aptas a atender integralmente o objeto.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS, PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE, CONTRATAÇÕES CORRELATAS E INTERDEPENDENTES E DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS.

7.1. Descrição da solução como um todo

A solução compreende a prestação de serviços continuados de Telefonia Móvel Pessoal (SMP), com fornecimento de chips (SIM cards), portabilidade numérica quando necessária e disponibilização de aparelhos celulares em regime de comodato, garantindo cobertura compatível com a área urbana e com maior parte da área rural do Município, conforme padrões regulatórios da ANATEL.

A contratação visa assegurar comunicação eficiente, estável e ininterrupta entre os setores administrativos e operacionais do SAAE, bem como viabilizar o atendimento adequado à população, considerando que as atividades da Autarquia abrangem tanto a área urbana quanto a rural do Município.



A adoção de solução integrada, com fornecimento de equipamentos em comodato, mostra-se tecnicamente adequada e economicamente vantajosa, pois elimina a necessidade de aquisição direta de aparelhos, reduz custos com manutenção, reposição e obsolescência tecnológica, além de permitir padronização dos dispositivos utilizados e maior controle da gestão das linhas móveis.

Dessa forma, a solução escolhida atende de maneira eficaz às necessidades institucionais identificadas, assegurando continuidade do serviço público, eficiência operacional, melhor gestão administrativa e adequada aplicação dos recursos públicos, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e planejamento previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

Os serviços objeto desta contratação são classificados como serviços comuns, de natureza continuada, sem dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Consideram-se serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pela Administração, por meio de especificações usuais de mercado, permitindo a comparação direta entre as propostas.

O objeto consiste na prestação de serviços de Telefonia Móvel Pessoal (SMP), regulamentados pela Agência Nacional de Telecomunicações, amplamente ofertados por diversas operadoras no mercado nacional, com características padronizadas e requisitos técnicos claramente definidos, não demandando solução inovadora, desenvolvimento sob medida ou elevada complexidade técnica.

As especificações técnicas do objeto podem ser claramente estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência, incluindo requisitos de cobertura, franquia de dados, serviços de voz, níveis mínimos de qualidade, prazos de atendimento e demais condições operacionais, não havendo necessidade de desenvolvimento de solução personalizada ou inovadora.

Dessa forma, resta caracterizada a natureza comum do objeto, uma vez que se trata de serviço padronizado, amplamente disponível no mercado, com critérios objetivos de desempenho e qualidade, afastando-se a hipótese de serviço especial, o que justifica a adoção de modalidade licitatória compatível com essa classificação.

Os serviços são caracterizados como de natureza continuada, uma vez que sua prestação é indispensável ao funcionamento regular e permanente das atividades administrativas, técnicas e operacionais do SAAE. Trata-se de serviço essencial que deve ser disponibilizado de forma ininterrupta, pois a comunicação entre servidores internos, equipes em campo e a população usuária não pode sofrer descontinuidade sem prejuízo à eficiência administrativa e à adequada prestação dos serviços públicos. Dessa forma, sua execução prolonga-se no tempo, sendo necessária a manutenção contratual contínua para garantir a estabilidade das operações e o atendimento ao interesse público.

Trata-se de serviço contínuo sem dedicação exclusiva de mão de obra, cuja execução ocorre de forma remota, mediante disponibilização de infraestrutura, rede de telecomunicações, suporte técnico e gestão dos serviços, não havendo alocação permanente de profissionais da Contratada nas dependências da Autarquia.

7.2. Demonstrativo dos resultados pretendidos



Com a contratação, pretende-se assegurar comunicação eficiente, contínua e confiável entre os setores administrativos, técnicos e operacionais do SAAE, bem como aprimorar o atendimento à população, garantindo agilidade na resposta às demandas e previsibilidade orçamentária.

O regime de comodato para fornecimento de aparelhos permitirá a redução de custos com aquisição, manutenção e substituição de equipamentos, transferindo tais responsabilidades à empresa contratada. A contratação unificada e padronizada possibilitará melhor controle do consumo, gestão centralizada das linhas e mitigação de riscos financeiros decorrentes de cobranças indevidas ou não previstas contratualmente.

A definição contratual de franquias adequadas de voz e dados, aliada à vedação de bloqueio do serviço por consumo de franquia, admitida a redução de velocidade, e controle de cobranças não previstas contratualmente, assegurará continuidade dos serviços e otimização dos recursos públicos. Ademais, a melhoria na comunicação institucional contribuirá para maior produtividade das equipes e eficiência na execução das atividades finalísticas da Autarquia.

7.3. Providências prévias à celebração do contrato, a serem adotadas pela Contratante

- Designar formalmente gestor e fiscais do contrato;
- Consolidar e validar o quantitativo de linhas, aparelhos e acessórios a serem contratados, bem como identificar os setores e usuários que serão contemplados;
- Levantar e organizar as informações necessárias para eventual portabilidade numérica das linhas existentes;
- Verificar a cobertura das operadoras participantes com base em dados públicos disponibilizados pela ANATEL, como subsídio à fiscalização contratual.

7.4. Providências para adequação do ambiente

Não serão necessárias adequações físicas ou estruturais no ambiente do SAAE para a execução do contrato.

7.5. Contratações correlatas ou interdependentes

A execução do objeto será de responsabilidade integral da empresa contratada, não sendo admitida subcontratação total ou parcial, salvo hipóteses legalmente permitidas e previamente autorizadas pelo SAAE, sem prejuízo da qualidade dos serviços.

Verifica-se a existência de contratação correlata a ser realizada após a conclusão do presente processo licitatório, consistente na aquisição de capas e películas protetoras compatíveis com os aparelhos celulares que serão fornecidos em regime de comodato.

Tal medida será adotada após a definição dos modelos dos equipamentos efetivamente entregues pela Contratada, de modo a assegurar a compatibilidade dos acessórios e garantir maior proteção aos dispositivos, contrinuindo para a mitigação de riscos de danos decorrentes do uso cotidiano.



A referida contratação possui caráter acessório e complementar, não interferindo na execução do objeto principal, mas contribuindo para a preservação dos bens e para a eficiência na utilização dos recursos públicos.

Tal planejamento considera a possibilidade de substituição periódica dos aparelhos ao longo da vigência contratual, o que poderá demandar novas contratações acessórias para aquisição de itens de proteção compatíveis com os modelos atualizados, devendo tais contratações serem oportunamente planejadas pela Administração.

Dessa forma, a aquisição de capas e películas deverá ser realizada de forma vinculada aos modelos efetivamente entregues em cada ciclo de substituição, a fim de assegurar a adequada proteção dos equipamentos.

7.6. Descrição de possíveis impactos ambientais

A presente contratação não apresenta impactos ambientais diretos relevantes. Contudo, reconhecem-se impactos ambientais indiretos relacionados ao uso e descarte de equipamentos eletrônicos.

Dentre os principais impactos, destacam-se a geração de resíduos eletrônicos, como aparelhos celulares, baterias, carregadores e acessórios, os quais, quando descartados de forma inadequada, podem causar contaminação do solo e da água por substâncias químicas nocivas, além de contribuírem para o aumento do volume de resíduos sólidos.

Adicionalmente, a substituição periódica dos aparelhos em razão da obsolescência tecnológica pode intensificar a geração desses resíduos ao longo da vigência contratual, exigindo medidas adequadas de gestão ambiental.

Como medidas mitigadoras, deverão ser observadas:

- Responsabilidade da Contratada pela implementação de sistema de logística reversa, incluindo o recolhimento, transporte e destinação final ambientalmente adequada dos equipamentos, baterias e acessórios inservíveis, com comprovação mediante documentação ou certificação de descarte, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), com o Decreto nº 10.936/2022 e demais normas ambientais aplicáveis;
- Adoção de meios eletrônicos para faturamento e comunicação;
- Incentivo à reutilização e ao correto acondicionamento dos equipamentos.

Dessa forma, verifica-se que os impactos ambientais associados à contratação são mitigáveis mediante a adoção de práticas adequadas de gestão e responsabilidade ambiental, não se configurando como impeditivos à contratação.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

8.1. Regras de benefício para micro e pequenas empresas

A aplicação das regras do art. 48 da LC 123/2006 não se mostra vantajosa, tendo em vista a natureza do objeto e as características do mercado fornecedor, composto predominantemente por operadoras de grande porte, devidamente autorizadas pela ANATEL,



não sendo identificada, no levantamento de mercado, a participação relevante de microempresas ou empresas de pequeno porte aptas a atender integralmente o objeto.

Dessa forma, a adoção de tratamento diferenciado poderia comprometer a competitividade e a viabilidade da contratação, não atendendo ao interesse público.

8.2. Crítérios e práticas de sustentabilidade

A contratação deverá observar critérios e práticas de sustentabilidade, nos termos da legislação vigente, especialmente a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), bem como demais normas ambientais aplicáveis, visando à minimização de impactos ambientais decorrentes da execução do objeto.

Nesse sentido, deverão ser adotadas as seguintes diretrizes:

- Responsabilidade da Contratada pela implementação de sistema de logística reversa dos equipamentos fornecidos em comodato, incluindo o recolhimento, transporte, reciclagem ou destinação final ambientalmente adequada de aparelhos, baterias, carregadores e acessórios ao término de sua vida útil ou da vigência contratual, com emissão de certificados de destinação final por empresa licenciada;
- Fornecimento de equipamentos que atendam a critérios de eficiência energética, durabilidade e redução do consumo de recursos naturais, sempre que possível, observadas as práticas de mercado;
- Adoção de soluções tecnológicas que reduzam a geração de resíduos, como a priorização de faturamento eletrônico, relatórios digitais e comunicação por meios eletrônicos;
- Incentivo ao uso racional dos recursos disponibilizados, evitando desperdícios e promovendo a utilização consciente dos serviços e equipamentos;
- Observância, pela Contratada, das normas ambientais aplicáveis à sua atividade, inclusive quanto ao descarte de componentes eletrônicos e ao cumprimento de obrigações legais junto aos órgãos ambientais competentes.

Dessa forma, busca-se assegurar que a execução contratual ocorra de maneira ambientalmente responsável, alinhada aos princípios da sustentabilidade, eficiência e responsabilidade socioambiental na Administração Pública.

8.3. Indicação de marca/modelo

Vedada, salvo hipóteses legalmente permitidas.

8.4. Vedação de contratação de marca/modelo

Não se aplica.

8.5. Exigência de amostra/exame de conformidade/prova de conceito

Não se aplica.

8.6. Exigência de carta de solidariedade



Não se aplica.

8.7. Inversão de fases do processo

Não será necessária a inversão das fases do processo.

8.8. Participação de cooperativas de trabalho

Não se aplica.

8.9. Instalação de ponto de atendimento local

Não se aplica.

8.10. Vistoria

() Sim (X) Não

8.11. Transição contratual

A transição contratual deverá assegurar a continuidade dos serviços, incluindo portabilidade numérica das linhas, quando aplicável, devendo ocorrer de forma planejada e assistida pela Contratada, sem interrupção relevante da comunicação institucional.

8.12. Trata-se de serviço de natureza continuada?

(X) Sim () Não

Justificativa: trata-se de serviço essencial, permanente e contínuo, cuja interrupção comprometeria as atividades administrativas e operacionais da Autarquia.

8.13. A contratação exige dedicação exclusiva de mão de obra?

() Sim (X) Não

8.14. Requisitos de habilitação

Sem prejuízo das exigências de habilitação jurídica regularmente exigidas em todas as licitações, a equipe de planejamento recomenda a exigência de comprovação de:

- Qualificação Técnico-Profissional e Técnico Operacional, nos seguintes termos:
 1. Registro ou autorização da empresa licitante junto à ANATEL para prestação de Serviço Móvel Pessoal, podendo ser apresentado Contrato de Concessão, Termo de



Autorização ou ato equivalente, ou cópia do extrato de sua publicação no Diário Oficial da União;

- 1.1. Considerando as características do mercado de telecomunicações, verifica-se a existência de prestadoras de Serviço Móvel Pessoal (SMP) que atuam mediante modelos regulatórios autorizados pela ANATEL, inclusive utilizando infraestrutura de rede de operadoras detentoras de outorga própria, a exemplo das operadoras móveis virtuais (MVNOs) e modelos equivalentes admitidos pela regulamentação vigente.
 - 1.2. Assim, visando assegurar a ampla competitividade do certame, observando os princípios da isonomia, da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa previstos na Lei nº 14.133/2021, entende-se adequado admitir, além das empresas detentoras de outorga própria expedida pela ANATEL, aquelas que comprovem vínculo operacional, credenciamento, autorização contratual ou outra forma legítima de habilitação regulatória para prestação do SMP por meio de rede de operadora autorizada.
 - 1.3. Tal medida não afasta a necessidade de comprovação da regularidade da prestação dos serviços perante a ANATEL, mas evita restrição indevida à participação de empresas legalmente habilitadas a atuar no setor, preservando a competitividade e ampliando o universo de potenciais licitantes aptos à execução do objeto.
 2. Demonstração de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, por meio da apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando experiência mínima de 12 (doze) meses na execução de objeto semelhante, admitindo o somatório de atestados, vedada a contagem de tempo concomitante;
 3. Declaração de que a licitante possui cobertura mínima compatível com a prestação do serviço no Município de Marechal Cândido Rondon/PR, em conformidade com os parâmetros regulatórios da ANATEL, especialmente quanto à cobertura da área urbana, não sendo exigida garantia de sinal em locais específicos, áreas rurais ou no interior de edificações. A declaração deverá ser acompanhada de mapas de cobertura ou relatórios técnicos, podendo ser objeto de diligência.
- Habilitação Econômico-Financeira, mediante Certidão negativa de falência e concordata, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias.

8.15. **Duração do Contrato:**

O contrato terá vigência de 5 (cinco) anos, contado da assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente até o limite de 10 (dez) anos, nos termos do art. 106 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração.

A definição de vigência ampliada justifica-se pela necessidade de garantir estabilidade contratual, padronização tecnológica, previsibilidade orçamentária e economicidade, evitando-



se custos administrativos decorrentes de sucessivas licitações para serviço indispensável e permanente.

Os aparelhos celulares serão fornecidos em regime de comodato e deverão ser substituídos pela contratada a cada **2 (dois) anos**, contados da data da entrega inicial ou da última substituição, sem ônus adicional para a Administração.

Considerando a rápida evolução tecnológica do setor, os aparelhos deverão, a cada substituição, possuir especificações iguais ou superiores às anteriormente fornecidas, compatíveis com as tecnologias vigentes à época, sendo vedado o fornecimento de modelos obsoletos ou descontinuados.

A contratada deverá assegurar a compatibilidade dos equipamentos com os serviços contratados durante toda a vigência contratual.

Encerrado o prazo de execução, será concedido período de até 30 (trinta) dias para adoção das providências administrativas necessárias ao encerramento contratual.

8.16. Prestação de garantia da execução do contrato

() Sim (X) Não

8.17. Obrigações de contratante e contratado:

a) Obrigações do contratante

Além das obrigações gerais, regularmente exigidas em todas as licitações, a Contratante deverá:

1. Exigir o fiel cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato, seus anexos e a legislação aplicável;
2. Adotar as providências administrativas de sua responsabilidade, necessárias à adequada execução do objeto, bem como prestar as informações e esclarecimentos pertinentes quando solicitados;
3. Fornecer à Contratada, de forma tempestiva, todas as informações necessárias à execução dos serviços, especialmente aquelas relacionadas à habilitação de linhas e portabilidade numérica;
4. Designar formalmente gestor e fiscais do contrato, podendo ser designados fiscais administrativos, técnicos ou setoriais, conforme a complexidade do objeto, competindo-lhes acompanhar, fiscalizar e registrar a execução contratual, apontando eventuais falhas e encaminhando-as à autoridade competente;
5. Atestar a execução dos serviços, nos prazos e condições estabelecidos no Termo de Referência, como condição para o pagamento;
6. Notificar formalmente o Contratado acerca de vícios, defeitos, falhas ou irregularidades verificadas na execução do contrato, fixando prazo para correção, substituição ou reparo, às expensas da Contratada, quando cabível;



7. Efetuar o pagamento ao Contratado na forma, prazo e condições estabelecidos no Termo de Referência, descontados os valores decorrentes de glosas, medições, penalidades ou demais ajustes previstos contratualmente;
8. Gerenciar internamente a distribuição e utilização das linhas e equipamentos, mantendo controle atualizado dos usuários e dos ativos vinculados ao contrato;
9. Aplicar as sanções administrativas previstas em lei e no contrato, bem como adotar as medidas necessárias à apuração de responsabilidade, inclusive com instauração de processo administrativo, quando houver descumprimento contratual;
10. Analisar e decidir, de forma motivada, sobre solicitações, reclamações ou requerimentos apresentados pelo Contratado relacionados à execução contratual, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, admitida prorrogação por igual período, mediante justificativa;
11. Manifestar-se, de forma expressa e fundamentada, sobre pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro apresentados pelo Contratado, observados os prazos legais;
12. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, nem por danos causados a terceiros em decorrência de atos praticados pelo Contratado, seus empregados, prepostos ou subordinados, no âmbito da execução contratual;
13. Comunicar formalmente à Contratada, com a maior brevidade possível, ocorrências de perda, furto ou extravio de aparelhos ou chips, para fins de bloqueio e adoção de providências cabíveis.

b) Obrigações do Contratado:

Além das obrigações gerais, regularmente exigidas em todas as licitações, a Contratada deverá:

1. Cumprir integralmente todas as obrigações assumidas no contrato, em seus anexos e na legislação aplicável, assumindo, como exclusivamente seus, os riscos e despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
2. Manter, durante toda a vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como apresentar, quando exigível, licenças, autorizações e registros necessários ao regular exercício da atividade, especialmente aqueles expedidos por órgãos reguladores e fiscalizadores;
3. Indicar e manter preposto formalmente aceito pela Contratante, com poderes para representá-la na execução do contrato, responder pelas obrigações assumidas e adotar providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, podendo sua indicação ser recusada de forma motivada;
4. Atender prontamente às determinações do gestor e dos fiscais do contrato, bem como prestar todos os esclarecimentos solicitados, adotando as providências corretivas indicadas, nos prazos estabelecidos;
5. Executar os serviços em conformidade com o Termo de Referência, a proposta apresentada e as normas da ANATEL, utilizando recursos técnicos, operacionais e humanos adequados, sendo vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, salvo se expressamente autorizada;



6. Responsabilizar-se integralmente pelos vícios, defeitos, falhas ou incorreções decorrentes da execução dos serviços ou dos materiais fornecidos, promovendo, às suas expensas, a correção, substituição ou reparo no prazo fixado pela fiscalização;
7. Implementar sistema de logística reversa, responsabilizando-se pelo recolhimento, transporte e destinação final ambientalmente adequada de equipamentos, componentes e materiais inservíveis, com emissão de certificados de destinação final por empresa licenciada, em conformidade com a legislação ambiental vigente;
8. Garantir a prestação contínua e ininterrupta dos serviços de telefonia móvel, adotando todas as medidas necessárias para manutenção da qualidade e disponibilidade da rede;
9. Comunicar formalmente ao gestor ou fiscal do contrato, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal, irregularidade, falha relevante ou interrupção que possa comprometer a execução dos serviços;
10. Adotar medidas corretivas sempre que identificadas falhas de cobertura ou desempenho, apresentando justificativas e soluções no prazo estabelecido pela fiscalização;
11. Assegurar que os serviços efetivamente contratados estejam contemplados no valor mensal pactuado, sendo vedada a cobrança por serviços não solicitados ou não autorizados pela Contratante, especialmente aqueles relativos a serviços suplementares, conteúdos adicionais ou funcionalidades não previstas contratualmente, ressalvadas hipóteses previamente autorizadas pela Administração e compatíveis com as condições do contrato;
12. Realizar a portabilidade numérica das linhas indicadas pela Contratante, sem custos adicionais e sem interrupção relevante dos serviços;
13. Responsabilizar-se pela substituição dos aparelhos fornecidos com defeito, mau funcionamento ou desgaste natural, dentro dos prazos estabelecidos;
14. Manter central de atendimento técnico e operacional disponível, apta a registrar e solucionar demandas relacionadas ao objeto;
15. Guardar sigilo sobre informações, dados e documentos a que tiver acesso em razão da execução contratual, observando as normas de segurança da informação e a legislação de proteção de dados pessoais (LGPD);
16. Não veicular publicidade ou divulgar informações relacionadas ao objeto do contrato sem prévia e expressa autorização da Contratante;
17. Arcar com os ônus decorrentes de eventual erro no dimensionamento da proposta apresentada, inclusive quanto aos custos necessários à adequada execução do objeto, salvo nas hipóteses legais de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro previstas no art. 124 da Lei nº 14.133/2021;
18. Responsabilizar-se pela logística reversa e destinação ambientalmente adequada dos equipamentos e acessórios ao final da vigência contratual, conforme legislação aplicável.



8.18. Prazo para implantação dos serviços

A Contratada deverá promover a implantação integral dos serviços contratados no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da ordem de compra, compreendendo a entrega dos aparelhos celulares em regime de comodato, o fornecimento dos chips (SIM cards) e a plena ativação das linhas e funcionalidades contratadas.

Para acompanhamento da execução, deverão ser observados os seguintes prazos parciais:

I – Entrega dos aparelhos celulares e acessórios, em até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da ordem de compra;

II – Ativação das linhas telefônicas e serviços de dados móveis, inclusive nos casos de portabilidade numérica, em até 05 (cinco) dias úteis após a solicitação formal da Contratante ou disponibilização dos chips;

III – Disponibilização de suporte técnico inicial aos usuários, quando necessário, concomitantemente à entrega dos equipamentos e ativação dos serviços.

Os prazos estabelecidos poderão ser antecipados pela Contratada, desde que haja a concordância da Contratante.

O descumprimento injustificado dos prazos de implantação poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas no contrato, sem prejuízo de outras medidas administrativas cabíveis.

9. AVALIAÇÃO DE RISCOS

Risco	Probabilidade	Impacto	Medidas mitigatórias
Cobertura insuficiente da operadora	Média	Alta	Exigir comprovação de cobertura compatível com os parâmetros da ANATEL e prever mecanismos contratuais de correção
Atraso na substituição de aparelhos	Baixa	Média	Prever prazo contratual de substituição em até 48 horas
Obsolescência tecnológica	Média	Média	Exigir atualização periódica dos aparelhos em comodato
Falhas de controle de linhas	Baixa	Alta	Exigir disponibilização de plataforma de gestão corporativa das linhas
Cobrança indevida de serviços	Média	Alta	Estabelecer regras claras de faturamento e auditoria mensal das faturas
Falhas na portabilidade	Baixa	Alta	Planejamento prévio da transição e acompanhamento técnico



Descontinuidade tecnológica do plano	Baixa	Média	Prever atualização tecnológica mínima durante a vigência contratual
Perda, furto ou extravio de aparelhos e chips	Média	Média	Estabelecer responsabilidade da Contratante e procedimentos de bloqueio imediato
Dependência tecnológica da operadora contratada	Média	Média	Prever portabilidade, flexibilidade contratual e requisitos mínimos de desempenho
Vazamento ou tratamento inadequado de dados	Baixa	Alta	Exigir conformidade com LGPD e mecanismos de segurança da informação

10. DESCRIÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS:

A Autarquia pretende contratar os seguintes serviços continuados: Serviço Móvel Pessoal (SMP) com fornecimento de materiais em comodato.

10.1. Descrição e características do plano:

Item	Descrição dos Serviços	Unidade	Consumo Mensal estimado	Valor Unitário R\$	Valor mensal Estimado R\$
01	VC1 Para Móvel mesma Operadora	Minutos	Ilimitado	Incluso no plano	Incluso no plano
02	VC1 Para Fixo	Minutos	Ilimitado	Incluso no plano	Incluso no plano
03	VC1 Para Móvel de outra Operadora	Minutos	Ilimitado	Incluso no plano	Incluso no plano
04	VC1 Para Móvel mesma Operadora Roaming	Minutos	Ilimitado	Incluso no plano	Incluso no plano
05	VC1 Para Fixo Roaming	Minutos	Ilimitado	Incluso no plano	Incluso no plano
06	VC1 Para Móvel outra Operadora	Minutos	Ilimitado	Incluso no plano	Incluso no plano
07	VC2 Para Móvel mesma Operadora	Minutos	Ilimitado	Incluso no plano	Incluso no plano
08	VC2 Para Fixo	Minutos	Ilimitado	Incluso no plano	Incluso no plano
09	VC2 Para Móvel outra Operadora	Unidade	Ilimitado	Incluso no plano	Incluso no plano
10	VC2 Para Móvel mesma Operadora roaming	Unidade	Ilimitado	Incluso no plano	Incluso no plano



11	VC2 Para Fixo Roaming	Minutos	Ilimitado	Incluso no plano	Incluso no plano
12	VC2 Para Móvel outra Operadora Roaming	Minutos	Ilimitado	Incluso no plano	Incluso no plano
13	VC3 Para Móvel mesma Operadora	Minutos	Ilimitado	Incluso no plano	Incluso no plano
14	VC3 Para Fixo	Minutos	Ilimitado	Incluso no plano	Incluso no plano
15	VC3 Para Móvel outra Operadora	Minutos	Ilimitado	Incluso no plano	Incluso no plano
16	VC3 Para Móvel mesma Operadora	Minutos	Ilimitado	Incluso no plano	Incluso no plano
17	VC3 Para Fixo Roaming	Minutos	Ilimitado	Incluso no plano	Incluso no plano
18	VC3 Para Móvel outra Operadora Roaming	Minutos	Ilimitado	Incluso no plano	Incluso no plano
19	SMS Para todas as operadoras mensagens)	Unidade	Ilimitado ou, no mínimo, 100 SMS/mês para outras operadoras e 200 SMS/mês para a mesma operadora	Incluso no plano	Incluso no plano
20	WhatsApp Ilimitado sem Cobrança de Franquia Adicional	Unidade	Ilimitado	Incluso no plano	Incluso no plano
21	Pacote de Voz Ilimitado para todas as operadoras (fixo e móvel) em todo o território nacional	Unidade	Ilimitado	Incluso no plano	Incluso no plano
22	Pacote de dados (Franquia mínima de 15 GB por Linha)	Unidade	Com redução de velocidade após o consumo da franquia, vedado bloqueio do serviço	Incluso no plano	Incluso no plano
Obs:	<ul style="list-style-type: none"> Todos os serviços deverão estar integralmente contemplados no valor mensal contratado, vedada a cobrança de valores adicionais por serviços incluídos no plano; 				



	<ul style="list-style-type: none"> O plano deverá assegurar a continuidade do serviço de dados móveis após o consumo da franquia contratada, mediante redução de velocidade, sendo vedado o bloqueio total do acesso; Deverá ser garantido o pleno funcionamento de aplicativos de mensagens instantâneas, mesmo após o consumo da franquia, desde que compatível com a velocidade reduzida do plano; Os custos relativos ao roaming nacional e à eventual utilização de rede de terceiros deverão estar integralmente contemplados no valor contratado, sendo vedada a cobrança adicional por tais serviços; Os serviços deverão ser prestados na modalidade pós-paga, com faturamento mensal consolidado por linha.
--	---

10.2. Cartões SIM

- A Contratada fornecerá cartões SIM (com opções de formato SIM, MICRO SIM E NANO SIM) compatíveis com os aparelhos disponibilizados, sem custos para a Autarquia;
- Os chips fornecidos devem estar habilitados a partir da localidade DDD 45;
- Em caso de defeito ou extravio de Cartão SIM, outro habilitado para o mesmo número deverá ser fornecido, no prazo de dois dias úteis, contado da solicitação da Autarquia, sem ônus adicional à Contratante.

10.3. Fornecimento dos Aparelhos Celulares do tipo Smartphone

*Características técnicas mínimas dos aparelhos (sem direcionar marca)

Os aparelhos celulares a serem fornecidos em regime de comodato deverão ser novos, sem uso anterior, com selo de homologação da ANATEL, compatíveis com o uso corporativo e adequados às necessidades operacionais e administrativas da Autarquia.

Os equipamentos deverão possuir especificações técnicas mínimas que assegurem desempenho satisfatório para execução de atividades institucionais, incluindo, no mínimo:

10.3.1. Especificações mínimas exigidas:

- Versão atualizada e compatível com os aplicativos institucionais, igual ou superior à versão vigente à época da contratação;
- Dual Chip;
- Tela com resolução mínima Full HD ou superior;
- Processador com 8 núcleos com frequência de 2.4 GHz;
- Memória RAM mínima de 8 GB;
- Capacidade de armazenamento interno mínimo de 256 GB;
- Conectividade com redes móveis 4G, com compatibilidade com 5G, bem como conectividade Wi-Fi, Bluetooth e GPS;
- Câmera frontal com resolução mínima de 12 Mpx;
- Câmera traseira com resolução mínima de 50 Mpx;



- FPS de 90 Hz;
- Wifi 802.11 a/b/g/n/ac;
- Bluetooth 5.0;
- Leitor de impressão digital;
- Bateria de no mínimo 5000mAh;
- Possibilidade de compartilhamento de internet (hotspot);
- Deve acompanhar carregador, cabo USB e chave para retirada da gaveta de chip e/ou cartão de memória (caso tenha suporte a este);
- A garantia dos aparelhos deverá ser mantida durante a execução da contratação;
- A cada 2 (dois) anos de vigência contratual, contados da entrega inicial ou da última substituição, a Contratada deverá providenciar a substituição dos aparelhos por outros novos, previamente aprovados pela Autarquia, em regime de comodato, com especificações técnicas iguais ou superiores às dos aparelhos originalmente fornecidos, compatíveis com as tecnologias vigentes à época da substituição;
- Na hipótese de descontinuidade do modelo inicialmente fornecido, a substituição deverá ocorrer por modelo equivalente ou superior, que atenda integralmente aos requisitos técnicos mínimos estabelecidos no Termo de Referência.

As especificações mínimas dos aparelhos celulares a serem fornecidos em regime de comodato foram definidas com base nas necessidades operacionais da Autarquia, considerando a utilização dos dispositivos por equipes administrativas e operacionais, inclusive em atividades externas.

Os aparelhos serão utilizados para a execução simultânea de múltiplos aplicativos institucionais, incluindo sistemas de gestão, comunicação interna, aplicativos de mensagens, registro de ocorrências, geolocalização e outras ferramentas necessárias ao desempenho das atividades do Serviço Autônomo de Água e Esgoto.

Nesse contexto, requisitos como capacidade mínima de memória RAM, armazenamento interno e desempenho de processamento visam garantir o funcionamento adequado dos aplicativos, evitar travamentos, perda de dados e interrupções na execução das atividades institucionais.

O armazenamento interno mínimo estabelecido justifica-se pela necessidade de guarda de registros operacionais, documentos, imagens e dados coletados em campo, bem como pela limitação de conectividade em determinadas áreas, o que pode exigir armazenamento local temporário.

A vedação ao fornecimento de aparelhos classificados como de entrada ou linha básica decorre da necessidade de assegurar desempenho compatível com uso corporativo contínuo, vida útil adequada durante a vigência contratual e redução de custos indiretos relacionados à substituição frequente de equipamentos.

As especificações adotadas não têm caráter restritivo, estando alinhadas às práticas de mercado e disponíveis em ampla variedade de modelos e fabricantes, não havendo direcionamento a marca ou modelo específico.



a) Referência de modelos de mercado (não vinculativa)

Com o objetivo de subsidiar a estimativa de preços e assegurar maior uniformidade na compreensão do padrão tecnológico mínimo exigido, foram considerados como referência de mercado, entre outros, os seguintes modelos de smartphones:

- Galaxy A17 5G
- Motorola Moto G56 5G
- Redmi Note 14 Pro 5G

Ressalta-se que a indicação dos modelos acima possui caráter meramente exemplificativo, não configurando, em hipótese alguma, exigência de fornecimento de marca, modelo ou fabricante específico ou direcionamento da contratação.

A referência foi adotada exclusivamente como parâmetro técnico e econômico para assegurar que os equipamentos ofertados atendam a um padrão mínimo de desempenho compatível com as necessidades operacionais da Autarquia e mitigar distorções na formação de preços, evitando discrepâncias relevantes decorrentes da consideração de equipamentos com níveis de desempenho e custo significativamente distintos, o que poderia comprometer a comparabilidade entre as propostas e o julgamento objetivo do certame, em prejuízo ao princípio da isonomia.

Ressalta-se que os modelos indicados foram selecionados por representarem, de forma exemplificativa, uma faixa de mercado compatível com as especificações técnicas definidas, sendo plenamente admitida a oferta de quaisquer outros aparelhos que atendam integralmente às especificações técnicas mínimas estabelecidas, ainda que distintos dos modelos indicados, desde que comprovada a equivalência ou superioridade técnica.

A presente abordagem observa o disposto no art. 41 da Lei nº 14.133/2021, vedando a indicação imotivada de marca, ao mesmo tempo em que assegura a adequada caracterização do objeto e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

10.4. Requisitos Técnicos e de Cobertura

Relacionam-se à qualidade do serviço de telecomunicação, tecnologia, franquia, disponibilidade e cobertura.

- Disponibilização de planos para 75 (setenta e cinco) linhas de telefonia móvel, com pacote de voz ilimitado para chamadas locais e de longa distância nacional, destinadas a telefones fixos e móveis de qualquer operadora;
- Prestação de serviço com tecnologia mínima 4G, com compatibilidade com 5G, conforme disponibilidade da operadora, e pacotes de dados móveis com franquia mínima 15 GB;
- O plano deverá contemplar a possibilidade de utilização do serviço em roaming nacional sem custos adicionais, salvo condições diversas expressamente previstas na proposta e aceitas pela Administração;
- Habilitação das linhas com código de área DDD 45;



- Cumprimento integral das metas de qualidade e desempenho estabelecidas pela ANATEL para o Serviço Móvel Pessoal;
- Vedação à cobrança de tráfego de dados excedentes à franquia contratada, sendo admitida, quando atingido o limite, a redução da velocidade ou a isenção do tráfego adicional, não sendo permitido o bloqueio do serviço;
- A redução de velocidade deverá permitir, no mínimo, o envio e o recebimento de mensagens de texto por aplicativos de mensagens;
- Os serviços deverão ser prestados de forma contínua e ininterrupta, com disponibilidade mínima anual de 95% para o Serviço Móvel Pessoal (SMP);
- Cobertura abrangente, inclusive nas áreas rurais, com garantia de disponibilidade 24h por dia, em conformidade com os critérios definidos pela ANATEL, bem como cobertura mínima estimada de 80% da área urbana da sede do Município, observados os parâmetros regulatórios da ANATEL e as características técnicas do Serviço Móvel Pessoal.
 - Tal exigência não implica cobertura absoluta ou garantia de sinal em pontos específicos, endereços determinados ou no interior de edificações, tampouco elimina a possibilidade de áreas de sombra, mas assegura padrão mínimo de qualidade e confiabilidade do serviço, compatível com a execução das atividades da Autarquia, sem prejuízo à competitividade do certame, respeitando os limites técnicos e regulatórios estabelecidos pela ANATEL.
- Caso sejam constatadas deficiências na cobertura de sinal, a Contratada deverá apresentar esclarecimentos e medidas corretivas, observada a legislação e os parâmetros mínimos de cobertura estabelecidos pela ANATEL.

10.5. Requisitos operacionais

Tratam da forma de execução do contrato, operacionalização das linhas, suporte, atendimento, prazos e relacionamento contratual.

- A execução do objeto terá início a partir da assinatura do contrato, podendo ser precedida de reunião inicial entre as partes, preferencialmente presencial, na sede da Contratante;
- A Contratada deverá executar os serviços na modalidade pós-paga, com tecnologia digital que permita a realização e o recebimento de chamadas em todo o território nacional, vedada a realização de chamadas a cobrar às expensas da Contratante, salvo se previamente autorizadas;
- A Contratada deverá fornecer os chips devidamente ativados e configurados e prontos para uso, sendo que a ativação das linhas telefônicas e da internet móvel deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias úteis após o aceite dos aparelhos celulares;
- O objeto contratado deverá contemplar a entrega dos equipamentos, ativação das linhas e suporte técnico necessário à plena operacionalização dos serviços;



- A Contratada deverá prestar suporte técnico especializado para ativação, configuração, atualização, gerenciamento e manutenção dos serviços contratados, assegurando atendimento contínuo por meio de central especializada para grandes contas, com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana;
- Disponibilização de plataforma eletrônica, portal online ou solução equivalente para gestão das linhas e serviços, permitindo à Contratante, no mínimo: o acompanhamento de informações, solicitação de inclusão de novos acessos (linhas, aparelhos e acessórios); cancelamento de acessos e/ou serviços; bloqueio de acessos e/ou serviços; ativação de novos serviços; fornecimento e/ou substituição de equipamentos (smartphones e cartões SIM);
- O bloqueio de linhas somente poderá ocorrer mediante solicitação formal de representante autorizado da Contratante;
- A Contratada deverá assegurar flexibilidade para inclusão ou exclusão de linhas durante a vigência contratual, devendo fornecer aparelhos em comodato sempre que houver ampliação do número de linhas contratadas;
- A Contratada deverá prestar serviço de portabilidade numérica, quando solicitado pela Contratante, sem custos adicionais;
- Na hipótese de interrupção total do serviço de realização ou recebimento de chamadas, as falhas deverão ser sanadas e o serviço restabelecido no prazo máximo de 5 (cinco) horas;
- A substituição de aparelhos defeituosos deverá ocorrer no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas;
- A Contratada deverá emitir faturas mensais detalhadas, com discriminação individual por linha, contendo os serviços efetivamente utilizados e os descontos previstos contratualmente ou fornecer relatórios descritivos com informações suficientes para garantir a conferência, rastreabilidade e acompanhamento individualizado das linhas contratadas, sempre que solicitado pela Contratante.
- Interrupções programadas dos serviços deverão ser comunicadas formalmente à Contratante com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis e somente poderão ocorrer mediante concordância da Autarquia;
- A Contratada deverá comunicar formalmente à Contratante quaisquer anormalidades, falhas ou ocorrências que possam comprometer a execução dos serviços.

10.6. Requisitos Regulatórios e Ambientais

- Observância integral às normas da ANATEL, especialmente as disposições da Resolução nº 777/2025, que regulamenta os serviços de telecomunicações, e da Resolução nº 765/2023, que regulamenta os direitos do consumidor de serviços de telecomunicações;
- Cumprimento da legislação vigente aplicável, em âmbito federal, estadual e municipal, pertinente à prestação do serviço;



- Adoção de práticas de sustentabilidade compatíveis com o objeto, incluindo o uso eficiente de recursos e a redução de impactos ambientais;
- Atendimento à legislação ambiental aplicável, em especial à Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), cabendo à Contratada a responsabilidade pelo recolhimento e destinação final ambientalmente adequada de equipamentos, componentes e materiais inservíveis ou substituídos durante a execução contratual;
- Deverá, ainda, a Contratada implementar sistema de logística reversa para recolhimento de equipamentos e componentes inservíveis, assegurando sua destinação final ambientalmente adequada, em conformidade com a legislação vigente e com as diretrizes de sustentabilidade, mediante comprovação por meio de certificados de descarte emitidos por empresa licenciada.

10.7. Requisitos de equipamentos e conectividade

Concentram-se nos aparelhos, acessórios e funcionalidades técnicas necessárias ao uso institucional.

- Fornecimento de aparelhos celulares novos, sem uso anterior, em regime de comodato, contemplando a substituição dos equipamentos após cada período de 2 (dois anos), contados do primeiro fornecimento ou da última substituição;
- Os aparelhos deverão possuir especificações técnicas compatíveis com o uso corporativo e com as necessidades operacionais e administrativas da Autarquia, garantindo desempenho adequado para execução de atividades institucionais;
- Os equipamentos deverão ser plenamente compatíveis com aplicativos institucionais, acesso remoto a sistemas corporativos e demais soluções tecnológicas utilizadas pela Contratante, devendo permitir, no mínimo: leitura, edição e envio de documentos, bem como navegação em redes móveis com segurança e desempenho;
- Os aparelhos deverão permitir o compartilhamento de internet por meio de hotspot (roteamento Wi-Fi), sendo vedado qualquer bloqueio ou limitação do tráfego de dados compartilhados;
- A Contratada deverá garantir acesso irrestrito a aplicativos de mensagens instantâneas, sem desconto da franquia de dados, ao menos para envio e recebimento de mensagens de texto, desde que tecnicamente compatível com o plano ofertado;
- A Contratada deverá apresentar Termo de Garantia do(s) fabricante(s) dos aparelhos, em língua portuguesa, contendo a indicação da rede de assistência técnica autorizada;
- Caberá à Contratante a guarda e a correta utilização dos aparelhos durante a vigência contratual, bem como a devolução dos equipamentos ao término do contrato, ressalvados os desgastes decorrentes do uso regular.



10.8. Requisitos de segurança e gestão

Relacionam-se à proteção da informação, governança, controle institucional e LGPD.

- A Contratada deverá garantir a integridade, continuidade e segurança das comunicações realizadas por meio dos serviços contratados, responsabilizando-se por eventuais interferências externas que comprometam a prestação do serviço;
- Deverão ser adotados mecanismos de segurança e criptografia compatíveis com as comunicações institucionais, observadas as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD e demais normas aplicáveis à proteção de dados e segurança da informação;
- Os serviços e equipamentos fornecidos deverão possuir compatibilidade com soluções corporativas de segurança e gerenciamento utilizadas ou que venham a ser adotadas pela Contratante;
- A Contratada deverá disponibilizar plataforma eletrônica, portal online ou solução equivalente para gestão das linhas e serviços contratados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato;
- O acesso ao Portal deverá ocorrer mediante autenticação individual por login e senha, garantindo que apenas usuários autorizados tenham acesso às funcionalidades do sistema;
- Caberá à Contratada a responsabilidade integral pela manutenção, disponibilidade, recuperação, integridade e segurança das informações armazenadas na plataforma de gestão;
- A Contratada somente poderá cobrar o valor mensal do plano contratado, sendo vedada a cobrança de quaisquer valores adicionais, incluindo, mas não se limitando a: habilitação de linha; portabilidade numérica; transferência de titularidade; ativação ou desativação de serviços; serviços suplementares (identificador de chamadas, caixa postal, siga-me, entre outros); bloqueio por perda, furto ou roubo; cancelamento de linha; alteração de DDD; utilização de portal web ou ferramenta de gestão disponibilizadas à Contratante.

11. ESTIMATIVA DE QUANTIDADES

A estimativa de quantidades foi definida com base na demanda atual e projetada dos setores administrativos e operacionais do SAAE, considerando a necessidade de comunicação contínua entre equipes internas e de campo.

A contratação deverá prever flexibilidade para ajustes quantitativos, permitindo a inclusão ou exclusão de linhas e respectivos aparelhos em comodato, conforme a necessidade da Autarquia, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e dentro dos limites contratuais estabelecidos.

Com base em levantamento atualizado das unidades usuárias, estima-se a necessidade inicial de contratação de 75 (setenta e cinco) linhas telefônicas móveis, com portabilidade numérica quando aplicável, incluindo o fornecimento de aparelhos celulares em comodato.



12. REFERENCIAL DE PREÇO

A estimativa de preços para a contratação será realizada com base em pesquisa de mercado, observando as diretrizes do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021 e normas correlatas, utilizando-se, de forma combinada ou alternativa, conforme a viabilidade:

- Cotações junto a fornecedores do ramo;
- Preços praticados em contratações similares realizadas por outros órgãos da Administração Pública;
- Painéis oficiais de preços e bases públicas disponíveis;
- Contratos vigentes ou encerrados recentemente, devidamente atualizados.

A formação do preço estimado deverá considerar todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, incluindo fornecimento de linhas, serviços de voz e dados, aparelhos em comodato, acessórios, suporte técnico, gestão, manutenção, substituições e demais encargos, de modo a garantir previsibilidade orçamentária e vedação a cobranças adicionais não previstas contratualmente.

Para a definição do valor estimado da contratação, adotou-se como metodologia a utilização da mediana dos valores obtidos a partir das fontes consideradas válidas e compatíveis com o objeto, resultando no **valor máximo unitário estimado de R\$ 192,60** (cento e noventa e dois reais e sessenta centavos).

A composição da cesta de preços considerou valores obtidos mediante pesquisa em contratações similares realizadas por outros órgãos públicos, valor praticado na contratação anterior desta Autarquia e proposta obtida junto a fornecedor do ramo, conforme demonstrado abaixo:

Instrumento	Especificações	Vigência	Quantidade Planos / Aparelhos	Valor unitário mensal
Contratação anterior da Autarquia: Pregão 21/2022 – Contrato Administrativo nº 40/2022 - Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE (Marechal Cândido Rondon – PR)	Contratação de empresa especializada, devidamente autorizada pela ANATEL para a prestação continuada de “Serviços Móvel Pessoal” - SMP, sistema digital, plano ilimitado, WhatsApp free, SMS e serviços de gestão, com acessos para comunicação de voz e pacotes de dados de 15GB, e Tecnologia 4G, 4,5G e/ou 5G, na modalidade de pós-pago, cobertura de sinal em todo o território nacional, com 80% de cobertura no Estado do Paraná, conforme resolução definida pela Anatel, e com fornecimento de aparelhos em regime de Comodato	Até 01/10/2026	75	R\$ 123,50



Dispensa de Licitação nº 01/2025 – Contrato Administrativo nº 01/2025 - Município de Icó/CE	Contratação de empresa especializada em telecomunicações, para prestação de serviços de telefonia móvel pessoal, com comunicação de dados (internet), cessão de chips para acesso com tecnologia 4G e/ou 5G, com franquia de 30GB e roaming nacional 3GB, com aparelhos celulares tipo smartphone em comodato - serviço de telefonia fixa, para chamadas locais e nacionais, incluindo identificador de chamadas, aparelho telefônico e suporte 24 horas, com outorga na agência nacional de telecomunicações - ANATEL	12 meses (a partir de 31/10/2025)	10	R\$ 249,90
Pregão Eletrônico nº 90027/2025 - Contrato nº 15/2026 - Universidade Federal do Maranhão	Contratação de empresa especializada na prestação de Serviço de Telefonia Móvel Pessoal - SMP (Móvel-Móvel, Móvel-Fixo e Dados), nas modalidades Local, Longa Distância Nacional (LDN) e Longa Distância Internacional (LDI), sem dedicação exclusiva de mão de obra, a ser executado em regime de comodato de aparelhos. Pacote Empresarial Tipo II (10GB, voz ilimitada, SMSs (limitados a 500 por mês), roaming, smartphone Tipo B).	12 meses (a partir de 05/02/2026)	70	R\$ 154,00
Dispensa de Licitação nº 01/2025 – Contrato nº 133/2025 - Município de Angra dos Reis/RJ	Contratação de Serviços de Telefonia Móvel Pessoal (SMP), com fornecimento de aparelhos celulares em comodato, planos de voz e dados, suporte técnico e manutenção. Aparelhos com RAM mínima de 6 GB e armazenamento mínimo de 128 GB. Planos corporativos pós-pagos, incluindo franquia mínima de 20 GB de dados por linha; chamadas ilimitadas para qualquer operadora nacional; cobertura nacional; ativação via SIM Card ou e-SIM,	12 meses (a partir de 08/10/2025)	02	R\$ 269,99



	suporte técnico; relatórios mensais de consumo e SLA.			
PE nº 16/2025 – ARP nº 16/2025 – Prefeitura Municipal de Campos de Júlio/MT	Serviço de Telefonia Móvel - Pacote de Serviços Empresarial Assinatura mensal de linha de voz, com ligações locais e interurbanas (VC1, VC2 e VC3) ilimitadas, envio de SMS (limitados a 1.000 por mês), franquia de dados de 15 GB compartilhado, com redução de velocidade para 128 Kbps após atingimento da franquia, sem cobrança de valores excedentes, com gestor de dados e MDM, fornecimento de chip físico (SIM Card) e fornecimento de SMARTPHONE ANDROID em comodato com troca de aparelhos de 02 em 02 anos.	12 meses (a partir de: 29/07/2025)	80	R\$ 121,75
Pregão Eletrônico nº 90022/2025 – Contrato nº 22/2025 - Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região	Contratação de empresa especializada em serviços de telecomunicações, que possua outorga na ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações, para prestação de serviços de Telefonia Móvel Pessoal (SMP – Serviço Móvel Pessoal), através da tecnologia 4G (mínimo) pelo sistema digital pós-pago, nas modalidades local (VC14), longa distância (VC2 e VC3), com ligações ilimitadas local e nacional, e roaming internacional (plano travel mundo), e serviços de mensagens de texto e pacote de dados para acesso à internet, mediante fornecimento de acessos móveis, em regime de comodato das estações móveis (aparelhos celulares). Roaming nacional gratuito; assinatura e Sistema de Gestão via Web ou APP Online incluso na assinatura; pacote d dados ilimitado com no mínimo 20GB de internet, cm redução da velocidade caso atingida a franquia; WhatsApp ilimitado.	30 meses (a partir de 03/12/2025)	01	R\$ 192,60



Fornecedor do ramo: Claro S.A.	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Telefonia Móvel Pessoal (SMP), com fornecimento de chips (SIM cards), portabilidade numérica quando necessária e disponibilização de aparelhos celulares em regime de comodato, visando atender às necessidades do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE.	-	75	R\$ 204,90
-----------------------------------	---	---	----	------------

14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação terá por finalidade a prestação de serviço contínuo sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de materiais em comodato.

O objeto será contratado mediante PREGÃO, conforme art. 6.º, XLI e 29 da Lei 14.133/2021, sendo classificado como de natureza COMUM, tendo em vista que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital mediante especificações usuais no mercado.

A prestação do serviço é considerada como contínua tendo em vista que se destina ao atendimento de necessidade pública permanente, por mais de 01 (um) exercício financeiro, assegurando o funcionamento das atividades finalísticas da Autarquia, de modo que sua interrupção poderá comprometer a prestação de serviço público ou o cumprimento de missão institucional da Autarquia.

O critério de julgamento a ser adotado será de MENOR PREÇO GLOBAL.

Assim, após o estudo preliminar, verificou-se que o objeto é de fundamental importância para a manutenção da normalidade das atividades da Autarquia, tendo em vista que permitirá a comunicação entre servidores e cidadãos, garantindo o desempenho das atividades e funções inerentes ao SAAE, motivo pelo qual a equipe de estudo preliminar DECLARA A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO.

Por fim, considerando as informações levantadas, a equipe de planejamento entende que o ETP deve ser classificado como NÃO SIGILOSO, nos termos da Lei 12.527/2011 — Lei de Acesso à Informação — sendo divulgado na sua integralidade.

Marechal Cândido Rondon – PR, em 08 de junho de 2026

Gilson Scherer
Analista de Informática

Scheila Andrea Grehs
Telefonista



Elisezar Roberto Schulz
Agente Administrativo

Monica Carolina Sustakowski
Agente Administrativo

Edineia Hack Santin
Agente Administrativo

